

Literacia, media e cidadania

Nós, que “vemos, ouvimos e lemos” e não deveríamos ignorar, ou fazemos de conta, ou, o que é mais preocupante, nem nos apercebemos que o défice de informação pública constitui uma permanente ameaça à vida das pessoas e à vida democrática.

Em tempos sombrios e conturbados como aqueles que vivemos, a qualidade do jornalismo que se pratica pode fazer toda a diferença. Tanto serve para ajudar as pessoas a situarem-se, a precaverem-se e a mobilizarem-se, como a desorientarem-se, dividirem-se e mergulharem na confusão. Os tempos de crise, pela instabilidade que geram, são particularmente propícios às meias-verdades, aos rumores e às jogadas dos interesses que procuram tirar proveito da situação. Todos dependem da informação de interesse público, mas, enquanto uns lutam por ter acesso a informação segura, outros difundem o que mais lhes convém, na ânsia de salvaguardarem os seus próprios interesses, mediante o condicionamento da vida dos outros. É assim na bolsa, é assim no jogo político. Um dos caminhos mais seguros para enfrentar estes desafios passa pelo desenvolvimento de conhecimentos e competências críticas e, mais especificamente, pela educação para os *media*. Esta formação, que hoje se considera cada vez mais central na formação dos cidadãos, deve naturalmente incluir, como um dos seus eixos, a literacia relativamente à informação jornalística e à actualidade. É, também, no seu âmbito que se pode desenvolver uma percepção aguda dos direitos e deveres de cidadania perante o jornalismo, ou, por outras palavras, o que nos cabe exigir dele enquanto cidadãos. Exemplifiquemos.

O dirigente de uma associação de empresários da indústria têxtil queixava-se recentemente, numa estação de rádio, que, apesar das elevadas taxas de desemprego, os patrões estavam a encontrar dificuldade em arranjar quem quisesse trabalhar para responder ao aumento das encomendas oriundas do estrangeiro, que se têm verificado desde meados de 2010. Uma notícia destas chama logo a atenção pelo insólito do caso, tanto mais que o empresário não se coibia de comentar que o motivo da situação residia no facto de muitos trabalhadores recusarem a oferta de trabalho, preferindo o subsídio de desemprego. Como quem insinua: “há trabalho, eles é que não querem trabalhar”.

No exercício do seu dever profissional, a jornalista da estação que dava a notícia foi ouvir uma dirigente sindical dos têxteis que apresentou uma versão um pouco diversa: a eventual recusa do trabalho devia-se, se bem entendi, ao facto de serem propostos salários não só abaixo do salário mínimo, como até abaixo do subsídio de desemprego. E por aqui ficámos, porque a mais não tivemos direito.

Ora, do ponto de vista da deontologia jornalística, foram cumpridos todos os preceitos, nomeadamente o de ouvir “a outra parte”. Mas a verdade é que, enquanto cidadãos e interessados nessa informação, ficamos sem saber quem tem razão – ou, até, se há mais do que uma razão. Para tal seria necessário ir mais longe no trabalho jornalístico; ir para o terreno, como costuma dizer-se, ir conhecer casos e situações, perspectivas e razões, de modo a habilitar-nos a fazer um juízo sobre o problema.

É a mesma coisa quando há uma greve ou uma manifestação. Os sindicatos adiantam um número ou índice de participação. O Governo define um valor radicalmente distinto. Onde está a verdade? Como se assegura o direito dos cidadãos a uma informação relevante, completa e verdadeira?

Muitos jornalistas sabem bem que é assim que o trabalho deve ser feito, mas também é verdade que os tempos não vão favoráveis ao investimento na reportagem e na investigação. E a cidadania, claro, é que paga.

Mas nós, que “vemos, ouvimos e lemos” e não deveríamos ignorar, ou fazemos de conta, ou, o que é mais preocupante, nem nos apercebemos que este défice de informação pública constitui uma permanente ameaça à vida das pessoas e à vida democrática.

É neste contexto que ganha especial significado a iniciativa que um grupo de instituições públicas preocupadas com estas matérias vai promover, em Março próximo, na Universidade do Minho. Trata-se do congresso nacional *Literacia, Media e Cidadania*, dirigido a docentes, investigadores, animadores culturais, bibliotecários, responsáveis políticos e, naturalmente, também aos profissionais dos *media*. Será um tempo de tomada de consciência daquilo que já se vai fazendo e, sobretudo, do muito que há a fazer no âmbito da educação para os *media*.

Manuel Pinto